

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 502, DE 7 DE AGOSTO DE 2012

Regulamenta sistemas de medição de energia elétrica de unidades consumidoras do Grupo B.

[Texto Compilado](#)

[Voto](#)

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com base no art. 4º, inciso XX, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, o que consta do Processo nº 48500.005714/2009-46 e considerando:

a Consulta Pública nº 15/2009, realizada entre 30 de janeiro e 30 de abril de 2009, e a Audiência Pública nº [43/2010](#), realizada no período de 1º de outubro de 2010 a 26 de janeiro de 2011, resolve:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

~~Art. 1º Regulamentar, na forma desta Resolução, sistemas de medição de energia elétrica de unidades consumidoras do Grupo B.~~

~~§ 1º As distribuidoras, compreendendo as concessionárias e as permissionárias do serviço público de distribuição, devem adotar sistemas de medição na forma desta Resolução em até 18 (dezoito) meses após a data de sua publicação.~~

~~§ 2º Para as permissionárias que celebrarem contrato de permissão após a publicação desta Resolução, o prazo referido no § 1º é contado a partir da data de vigência do referido Contrato.~~

~~§ 3º Ficam excluídas da abrangência estipulada no **caput** as unidades consumidoras classificadas em qualquer subclasse baixa renda do subgrupo B1 – Residencial e as do subgrupo B4 – Iluminação Pública.~~

Art. 1º Regulamentar, na forma desta Resolução, sistemas de medição de energia elétrica de unidades consumidoras do Grupo B. ([Redação dada pela REN ANEEL 732 de 06.09.2016](#))

§ 1º As distribuidoras, compreendendo as concessionárias e as permissionárias do serviço público de distribuição, devem adotar sistemas de medição na forma desta Resolução a partir de 1º de janeiro de 2018. ([Redação dada pela REN ANEEL 732 de 06.09.2016](#))

§ 2º As permissionárias que celebrarem contrato de permissão após a publicação desta Resolução devem adotar sistemas de medição na forma desta Resolução em até 18 (dezoito) meses após o início de vigência do contrato de permissão ou até a data estabelecida no §1º, o que ocorrer por último. ([Redação dada pela REN ANEEL 732 de 06.09.2016](#))

§ 3º Ficam excluídas da abrangência estipulada no caput as unidades consumidoras classificadas em qualquer subclasse baixa renda do subgrupo B1 – Residencial e as do subgrupo B4 – Iluminação Pública. ([Redação dada pela REN ANEEL 732 de 06.09.2016](#))

CAPÍTULO II SISTEMAS DE MEDIÇÃO

Art. 2º O sistema de medição das unidades consumidoras enquadradas na modalidade tarifária branca deve apurar, observando a regulamentação técnica metrológica específica, o consumo de energia elétrica ativa em pelo menos 4 (quatro) postos tarifários, devendo ser programáveis o início e o fim de cada posto.

§ 1º Em complemento aos requisitos metrológicos referentes à apresentação de informações ao consumidor, devem estar disponíveis por meio de mostrador existente no próprio medidor ou em dispositivo localizado internamente à unidade consumidora:

I – o valor de energia elétrica ativa consumida acumulada por posto tarifário; e

II – a identificação do posto tarifário corrente.

§ 2º A critério da distribuidora, as informações referenciadas no § 1º podem ser adicionalmente disponibilizadas por meios alternativos com vistas a facilitar o acesso às informações pelo consumidor.

§ 3º O sistema de medição deve ser instalado pela distribuidora conforme prazos e critérios estabelecidos em regulamento específico.

§ 4º Caso a unidade consumidora não faça adesão ao faturamento na modalidade tarifária branca, a instalação do sistema de medição referenciado no **caput** não é obrigatória.

Art. 3º Os titulares das unidades consumidoras abrangidas por esta Resolução, independentemente da adesão ao faturamento na modalidade tarifária branca, observando a regulamentação técnica metrológica específica, podem solicitar à distribuidora a disponibilização de um sistema de medição capaz de fornecer cumulativamente as seguintes informações:

I – valores de tensão e de corrente de cada fase;

II – valor de energia elétrica ativa consumida acumulada por posto tarifário;

III – identificação do posto tarifário corrente, se aplicável;

~~IV – data e horário de início e fim das interrupções de curta e de longa duração ocorridas nos últimos 3 (três) meses; e~~

IV - data e horário de início e fim das últimas 100 interrupções de curta e longa duração; e
([Redação dada pela REN ANEEL 602 de 11.02.2014](#))

V – últimos 12 (doze) valores calculados dos indicadores Duração Relativa da Transgressão de Tensão Precária – DRP e Duração Relativa da Transgressão de Tensão Crítica – DRC.

§ 1º Em complemento aos requisitos metrológicos referentes à apresentação de informações ao consumidor, as informações referenciadas nos incisos I a III devem estar disponíveis por meio de mostrador existente no próprio medidor ou em dispositivo localizado internamente à unidade consumidora.

§ 2º As informações referenciadas nos incisos I a V devem estar disponíveis por meio de saída específica para aquisição de dados existente no próprio medidor.

§ 3º As informações referenciadas nos incisos IV e V, a critério da distribuidora, podem ser contabilizadas pelo próprio medidor ou por dispositivo externo, e devem estar disponíveis por meio de mostrador existente no medidor ou de forma remota.

§ 4º A critério da distribuidora, as informações fornecidas pelo medidor podem ser adicionalmente disponibilizadas por meios alternativos com vistas a facilitar o acesso às informações pelo consumidor.

§ 5º O sistema de medição deve ser instalado pela distribuidora conforme prazos e critérios estabelecidos em regulamento específico, devendo a diferença de custo entre o sistema de medição descrito neste artigo e o sistema de medição de que trata o art. 2º ser de responsabilidade do consumidor interessado.

§ 6º Na hipótese de solicitação pelo consumidor, a distribuidora, a seu critério, pode fornecer sistema de medição que disponibiliza informações adicionais àquelas estabelecidas neste artigo.

Art. 4º Eventuais diferenças entre os indicadores de qualidade informados pela distribuidora e os registrados com base no sistema de medição referenciado no art. 3º devem ser justificados pela distribuidora sempre que solicitado pelo consumidor, conforme disposto no Módulo 8 do PRODIST.

Art. 5º Observada a prudência dos investimentos e a modicidade tarifária, a distribuidora pode adotar sistemas de medição com requisitos adicionais aos dispostos nesta Resolução em qualquer unidade consumidora.

Art. 6º Para faturar a unidade consumidora na modalidade tarifária branca, a distribuidora deve utilizar sistema de medição com a funcionalidade de apuração do consumo de energia elétrica em postos tarifários aprovado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro.

CAPÍTULO III

SISTEMA DE COMUNICAÇÃO REMOTA

Art. 7º Na hipótese de o sistema de medição ser provido de sistema de comunicação remota, a distribuidora deve adotar procedimentos e tecnologias que assegurem a segurança dos dados trafegados e, especialmente, das informações de caráter pessoal coletadas das unidades consumidoras.

Parágrafo único. É vedado à distribuidora disponibilizar dados coletados das unidades consumidoras a terceiros sem a autorização do titular.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º Faculta-se à distribuidora a instalação de equipamentos de medição em local externo à unidade consumidora, incluindo sistema de medição centralizada, desde que também sejam respeitados os critérios e procedimentos definidos em regulamentação específica.

Art. 9º Para as unidades consumidoras em que os sistemas de medição de que trata esta Resolução vierem a ser instalados, os consumidores devem ser informados, previamente à instalação, acerca das funcionalidades do referido sistema e das informações que lhes passarão a ser disponibilizadas.

Art. 10. O consumo de energia elétrica do medidor e do eventual sistema de comunicação associado não deve ser considerado como consumo da unidade consumidora.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 14.08.2012, seção 1, p. 30, v. 149, n. 157.